

Capítulo 18

Evasão na Educação Profissional: Estudo de Caso de Estudantes com Necessidades Específicas no *Campus* Taguatinga do Instituto Federal de Brasília

Ana Maria Soares Freire Pereira Leal

Franclin Nascimento

Sônia Alexandre Galinha

INTRODUÇÃO

Esta investigação refere-se a um estudo de caso sobre a evasão escolar de estudantes com necessidades específicas nos cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), *Campus* Taguatinga, órgão integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passou por expansão, tanto pela verticalização de sua formação, quanto pelo acolhimento a todo cidadão que a procura, tornando-se modelo de formação profissional, pois todo o espaço escolar se prepara para o atendimento universalizado, independente de quem deseja ingressar nos cursos, segundo Nascimento e Farias (2013).

Nesse cenário de democratização do acesso à educação, porém, aumenta o índice de evasão em todas as modalidades e níveis de ensino. Assim, é de importância que as instituições de ensino, como espaço de formação cidadã, atendam às carências das classes menos favorecidas e à diversidade nas mais variadas formas de exclusão.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que assim a define (art. 2º):

Art. 2º: Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Esclarece-se que o termo mencionado nesta pesquisa, para conceituar “pessoa com deficiência”, não foi aquele proposto pela Lei Brasileira de Inclusão, mas, sim, aquele adotado pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, conforme discorre Nascimento e Faria (2013, p. 16):

Em meados de 2000, nasce à primeira experiência de educação profissional e tecnológica inclusiva, o então programa TEC-NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para **Pessoas com Necessidades Específicas** (deficientes, superdotadas e com Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD), proposto por duas secretarias do MEC: a Secretaria de Educação Especial e a então Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Assim, criou-se novo olhar, com o nascimento desse novo termo na Rede Federal de Educação Profissional para tratar da inclusão, na educação profissional, de estudantes com algum tipo de necessidade, consoante ratificam os autores ao se referirem à inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais, como transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades/superdotação.

Nesse sentido, é indispensável o olhar diferenciado para as questões ligadas diretamente às pessoas com necessidades específicas, considerando suas peculiaridades, que contribuem diretamente para o insucesso escolar desses indivíduos.

Sobressai o fato de existirem diversas pesquisas na área de educação profissional, mas, em relação ao tema da evasão escolar de estudantes com necessidades específicas na Educação Profissional no Brasil, as investigações são escassas e encontram-se apenas estudos que tratam da evasão de modo geral.

Para Dore, Lüscher e Bonfim, 2008 (*apud* DORE, LÜSCHER, 2011, p. 157), a

[...] pesquisa sobre evasão escolar no ensino técnico no Brasil encontra um de seus maiores desafios na escassez de informações sobre o assunto, que abrange tanto o referencial teórico quanto o empírico e cria dificuldades adicionais à pesquisa na construção de indicadores adequados à investigação do problema [...].

Segundo Gaioso (2005), a evasão escolar corresponde a um fenômeno social complexo, definido como a interrupção no ciclo de estudos. A autora Dore (2014, p. 317) conceitua o termo *abandono escolar* como situação na qual “[...] o aluno foi matriculado e participou de pelo menos 25% do ano letivo, mas saiu sem obter o diploma técnico, por não concluir algumas das etapas obrigatórias do curso: disciplina(s); estágio; relatório de estágio”.

Para Lüscher e Dore (2011), as principais causas da evasão podem ser compreendidas em aspectos estruturais (localização da residência, transporte, estágio); econômicos (horário de trabalho, desemprego, problemas financeiros); culturais (influência de crenças e hábitos); sociais (problemas de relacionamento); conjunturais (saúde, não gostar do curso, não adaptação); e educacionais (despreparo dos alunos).

No decorrer do processo de formação acadêmica do *Campus* Taguatinga, percebeu-se a evasão e o abandono escolar de alguns estudantes, visto que alguns evadiam das aulas. Outros formalizavam na Coordenação de Registro Acadêmico o pedido de trancamento e cancelamento de matrícula e não retornavam mais aos estudos.

METODOLOGIA

A investigação foi apoiada nos pressupostos da pesquisa qualitativa, que configura uma holística de fenômenos, isto é, considera todos os componentes de uma situação em suas interações e em suas influências recíprocas. Para isso, buscou-se interpretar os acontecimentos que se contrapõem à mensuração, ou seja, desvelar processos sociais pouco conhecidos sobre as causas da evasão escolar de estudantes com necessidades específicas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequentes, além de propiciar novas abordagens das características desse processo conforme preconizado por Gatti e André (2011).

O fenômeno tratado neste estudo se enquadra no caráter qualitativo exploratório investigador e participante, incidindo na identificação dos fatos que implicam a evasão escolar de nove inquiridos com matrículas ativas na data da coleta de dados.

Os objetivos da pesquisa são caracterizar o perfil, conhecer a área de procedência, e investigar os fatores socioeconômicos e institucionais para detectar as principais dificuldades sentidas no percurso que culminaram na evasão escolar de estudantes com necessidades específicas.

Essa investigação pretendeu especificamente identificar os fatores que influenciam na evasão escolar de estudantes com necessidades específicas em cursos de formação profissional de nível médio integrado e subsequente, com o intuito de sistematizar formas de intervenção social que contribuam para a promoção e para o sucesso acadêmico do alunado em situação de risco de evasão.

Para isso, utilizou-se revisão bibliográfica para fundamentar este estudo. Além disso, aplicaram-se as metodologias de estudo de caso exploratório e de observação participante propostas por Gil (2009) e autores como Gil (2008) e Minayo (2009), entre outros que tratam da pesquisa social como aquela que é capaz de atender as exigências e a complexidade do sistema educacional.

A metodologia utilizada, que ocorreu a partir de entrevista semiestruturada, sendo esta reconhecida como técnica privilegiada de comunicação, proporcionou ao investigador a interação com os colaboradores, que tem na fala o poder de revelar as condições de vida, a expressão dos sistemas de valores e as crenças (MINAYO, 2009).

A entrevista é uma técnica muito eficiente e, de acordo com Gil (2009, p. 63),

[...] é necessário ressaltar que neste tipo de delineamento os resultados obtidos com as entrevistas só têm valor quando puderem ser contrastados com os decorrentes da utilização de outras técnicas, como a observação e análise documental.

Nesse caso, para respaldar esta investigação, aplicou-se a sugestão proposta pelo autor – a observação participante e a análise documental.

Percebe-se que a pesquisa qualitativa implica mais vantagens para o investigador por permitir analisar os fatos e os comportamentos sociais, entre eles aspirações, valores, crenças, e atitudes, além de proporcionar mais conveniência na descrição dos achados. Por esses motivos, vários pesquisadores a criticam, afirmando que ela é um método generalista e representativo.

Nesse sentido, concorda-se com Gil (2009, p. 63), quando esse autor afirma que os fatos sociais jamais podem ser tratados como coisas, já que são “[...] produzidos por seres que sentem, pensam, agem e reagem, sendo capazes, portanto, de analisar a situação de várias maneiras”. O pesquisador se coloca no lugar desses sujeitos, que têm total influência sobre sua investigação, e os avalia com base em valores sociais.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou sistematizar e analisar essa situação, bem como apresentar alguns desses dados. Para isso, foram selecionados os cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio do primeiro e do segundo semestres de 2013 a 2015. Observa-se que se trata de universo amostral relativamente pequeno, mas que expressa a intenção de um contexto maior. Para Minayo (1992, p. 42), “A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema em suas múltiplas dimensões”.

Posteriormente, apresenta-se a caracterização do local da pesquisa e a instituição que contribuiu para a investigação, que se traduz, ainda segundo Pacheco (2011, p. 17), por viés “[...] progressista que entende à educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos, objetivos capazes de modificar a vida social”, para o desenvolvimento de conhecimentos práticos por meio do ensino, pesquisa e extensão acessível a todos.

Quanto ao local, o Instituto Federal de Brasília (IFB), órgão vinculado à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi instituído pela Lei nº 11.892 mediante a transformação da Escola Técnica Federal de Brasília. A Escola Técnica foi fundada no ano de 1950 com a criação da Escola Agrotécnica de Brasília, situada na cidade de Planaltina e subordinada, naquela época, à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, objetivando ministrar cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola em Instituto Federal.

A Escola Técnica de Planaltina foi criada em 17 de fevereiro de 1959 pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959) e pela Exposição de Motivos nº 95 – Diário Oficial da União (DOU) (19/2/1959). Sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1962 com a denominação de Escola Agrotécnica de Brasília. Era a única instituição de ensino federal a ofertar educação de nível técnico no DF. Antes da promulgação

da lei de criação dos Institutos Federais em 2008, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2009 a 2013), disponível no sítio do IFB, essa Escola se encontrava sob a gestão do Governo do Distrito Federal (GDF).

Segundo informações do Núcleo de Comunicação do IFB (2016), o Instituto é atualmente formado por 10 *Campi*, que estão distribuídos em várias Regiões Administrativas do Distrito Federal: Brasília (2009), Ceilândia (2013), Estrutural (2012), Gama (2010), Planaltina (2008), Riacho Fundo (2011), Samambaia (2010), São Sebastião (2011), Taguatinga (2009) e Taguatinga Centro (2012), além de uma Reitoria com sede na cidade de Brasília.

O *Campus* Taguatinga do IFB, situado na cidade de Brasília-DF, na Região Administrativa de Taguatinga, teve origem no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal e foi criado a partir da Portaria MEC nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, DOU nº 182, de 22 de setembro de 2010. Nesse mesmo ano, segundo o Plano de Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio Integrado em Eletromecânica (PC/EMI, 2014, p. 5), foram iniciadas as obras de construção da sede definitiva do *Campus*, situado na periferia de Taguatinga.

Consoante o PC/EMI (2014), esse *Campus* oferta Cursos Técnicos Subsequentes nas áreas de Eletromecânica, Vestuário e Informática; Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica e Proeja com Ênfase em Artesanato; Cursos Superiores de Licenciatura e Bacharelado em Ciência da Computação e Física; Tecnologia em *Design* de Moda e Automação Industrial. Na educação inclusiva, oferta o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Ainda de acordo com o PC/EMI (2011), para atender aos diversos níveis e modalidades da educação profissional, o *Campus* Taguatinga pretende possibilitar o desenvolvimento integral do estudante, de forma ágil e eficaz, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, como prescrito no “Plano de Curso de Suporte e Manutenção em Informática”.

Os critérios estabelecidos para avaliar as causas da evasão no IFB foram determinados pelo quantitativo de estudantes com necessidades específicas que se encontram em situação de não conclusão das etapas fundamentais para sua formação e seu sucesso acadêmico (fatores contextuais que os levaram ao fracasso, à evasão ou ao abandono escolar) e pela atuação dos Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) nos processos de promoção e permanência desses estudantes.

Para iniciar a caracterização dos entrevistados, a amostra desta pesquisa foi constituída por nove sujeitos, sete do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idades entre 16 e 41 anos (seis pessoas pardas, uma branca, uma indígena e uma preta, no que se refere à declaração de cor/etnia).

Etapas e procedimentos

Três momentos foram cruciais para a realização da pesquisa, que teve, como ponto inicial, consultar trabalhos científicos publicados nas áreas da educação profissional e da evasão escolar. Com vistas a compreender esse fato que tem assolado o universo escolar, o estudo da evolução das diretrizes que regem a pessoa com necessidades específicas foi um dos temas, entre outros, que subsidiaram essa investigação; o segundo momento ocorreu com a pesquisa de campo propriamente dita, com pré-agendamento de data, local e horário para a realização das entrevistas semiestruturadas. O terceiro momento se refere à análise e à interpretação dos dados e requer do pesquisador imparcialidade com relação aos achados, além de ética na preservação da identidade dos sujeitos e das suas falas.

A pesquisa de campo foi realizada com os estudantes do *Campus* Taguatinga dos Cursos Técnicos Profissionalizantes. Para a sua realização, foram solicitadas algumas informações à Coordenação de Registro Acadêmico (CDRA) do *Campus* Taguatinga, como nome completo do estudante, contato telefônico (celular), *e-mail*, nome do pai, da mãe ou dos responsáveis legais e número total de estudantes matriculados durante o período listado na pesquisa, para dimensionar o universo de estudantes e o percentual de evadidos inquiridos. Foram consultadas ainda informações dos estudantes pelo Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) do IFB.

A partir do levantamento desses dados, os estudantes foram contatados por telefone para o agendamento das entrevistas, quando foram marcadas datas, locais, e horários para o procedimento. As entrevistas foram realizadas de fevereiro a maio de 2016, período em que todos os entrevistados responderam ao mesmo guião de entrevista semiestruturada.

Esta pesquisa adotou como referência subsídios empíricos na coleta de informações dos estudantes com necessidades específicas em situação de evasão escolar do Instituto Federal de Brasília, *Campus* Taguatinga. Esses estudantes pertenciam aos cursos técnicos de nível médio integrado ao ensino técnico em eletromecânica do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), e aos cursos de nível técnico nas modalidades subsequentes em Vestuário, Eletromecânica e Manutenção, e Suporte em Informática.

Resultados e discussão

Em síntese, a pesquisa constatou que, em relação a cor/etnia dos inquiridos, oito deles estão no rol das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, se comparados com as denominadas brancas, têm em média dois anos de escolaridade a menos que estas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2008.

Enfatizou-se conhecer as necessidades específicas apresentadas pelos respondentes e os problemas de saúde declarados foram esquizofrenia, que acomete três dos entrevistados; deficiência visual, que atinge três inquiridos; Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), que acomete dois; dificuldade de aprendizagem, informada por um dos colaborado-

res; deficiência física, declarada por um dos estudantes; dependência química, informada por um dos entrevistados, e TGD para um dos inquiridos.

Para garantir o direito a esses cidadãos, o IFB atua em consonância com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino superior e técnico de nível médio, ao reservar cotas para ingresso de estudantes autodeclarados pardos, pretos, indígenas e oriundos de escolas públicas, assim como acrescenta a esse público cotas também para pessoas com laudo médico de deficiência.

Em relação a terem concorrido a vagas de cotas para pessoas com necessidades específicas, cinco estudantes declararam que concorreram a cotas, e quatro informaram que não. Ao serem questionados sobre a entrega de laudo médico no Registro Acadêmico, no ato da matrícula, seis informaram que entregaram, e três que não. Esclarece-se que os estudantes que declararam, no ato da inscrição, ser acometidos de necessidades específicas são obrigados a entregar laudo para efetivar a matrícula; caso contrário, terão que concorrer às vagas de ampla concorrência.

Os editais de acesso e ingresso ao IFB preceituam que, para concorrer ao processo de cotas para pessoas com deficiência, é obrigatória a apresentação de laudo médico indicando o tipo de deficiência, bem como a Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Porém, a Nota Técnica nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE (2014, p. 3), do Ministério da Educação, orienta que

[...] não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o aluno da Educação Especial (AEE) caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico.

Assim, percebe-se que o IFB desconhece ou não cumpre a orientação da Nota Técnica do Ministério da Educação quanto à não obrigatoriedade de apresentação de documentos comprobatórios para estudantes que apresentem “necessidades específicas”. De acordo com o MEC, o laudo médico deve ser solicitado para nortear questões pedagógicas, enquanto, para o ingresso por cotas para cor/etnia, exige-se do candidato apenas a autodeclaração.

A renda *per capita*, na média mensal em valores absolutos referentes ao salário mínimo, por recorte de renda da área de procedência dos entrevistados, é a seguinte: para a Região Administrativa de Taguatinga, R\$ 1.639,04, a maior renda e; na sequência, Riacho Fundo, com R\$ 1.330,00; Riacho Fundo II, com R\$ 750,81; Samambaia, com R\$ 742,00; Ceilândia, com R\$ 718,40 e, por último, Recanto das Emas, com R\$ 683,00, enquanto para Santo Antônio do Descoberto-GO a renda por habitante da cidade é de R\$ 449,39 em relação ao IDH, de acordo com o resultado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Nesse caso, com base no recorte feito sobre a renda *per capita*, confirma-se que os sujeitos pesquisados são na maioria oriundos de áreas de camadas econômicas baixas, fato que já foi ratificado no estudo de Paixão, Dore, Margiotta e Lauadares (2014), que trata da transição

escola-trabalho e dos perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil.

No que diz respeito ao processo de escolarização ter ocorrido em instituição pública ou particular, oito desses estudantes declararam ser oriundos de escolas públicas e apenas um declarou ter cursado os estudos em instituições pública e particular. Independentemente do tipo de instituição em que o processo de escolarização tenha acontecido, o país tem ratificado a inclusão de todos no contexto educacional. Entende-se que a escola inclusiva é aquela que, na visão de Urbanek e Ross (2011, p. 49),

[...] desempenha um papel relevante nesse processo ao quebrar barreiras, estigmas em relação aos grupos marginalizados, promovendo sempre a aprendizagem de forma conjunta, independente de suas dificuldades e diferenças.

Com respeito à escolarização dos filhos, se comparada à escolaridade do pais ou dos responsáveis, foi informado por dois dos inquiridos que o pai e a mãe nunca frequentaram a escola; a maioria apresenta baixa escolaridade e três declararam ter nível superior incompleto. Os achados confirmam o exposto por Bayma-Freire, Roazzi e Roazz (2015, p. 36), os quais constatam que o “baixo nível de escolaridade dos pais” de classes menos favorecidas “são fatores de desmotivação para os estudos dos filhos”.

Quanto à descrição da renda *per capita* mensal dos inquiridos, os achados revelaram que dois estudantes declararam receber até um quarto de um salário mínimo mensal, o que equivale a R\$ 233,75 (duzentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos); três declararam receber até um salário mínimo, que é de R\$ 935,00 (novecentos e trinta e cinco reais); dois declararam receber até um salário mínimo e meio e um informou ter renda superior a um salário mínimo e meio, ou seja, R\$ 1.402,50 (mil quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).

Salienta-se que cinco estudantes estão em situação de vulnerabilidade, com dois desses em condição de extrema pobreza. Do ponto de vista econômico, os resultados demonstraram que os estudantes evadidos pertencem a famílias de baixo nível socioeconômico, o que já revela um público com perfil de alerta para a evasão e a retenção escolar.

Em relação ao questionamento acerca de ter profissão, cinco inquiridos declararam ser estudantes, um declarou ser técnico em radiologia, uma informou ser artesã (artista plástica) e outra, maquiadora. Quanto à inserção socioprofissional, constatou-se que oito pesquisados estão desempregados, e que uma atua no mercado informal, tendo se capacitado nessa área recentemente, após a evasão escolar.

O desemprego e a baixa renda (problemas financeiros) são confirmados neste estudo e foram citados por Lüscher e Dore (2011), que tratam de várias questões que desencadeiam a evasão, entre elas a procedência econômica. Alguns dispositivos legais garantem o acesso à inserção socioprofissional, como a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a qual dispõe sobre a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas.

É importante que o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) tome conhecimento dos casos de estudantes matriculados que apresentam necessidades específicas mediante comunicado formal da Coordenação de Registro Acadêmico do *Campus*, que deverá encaminhar cópia dos laudos médicos e dos relatórios entregues pelos estudantes que concorreram a cotas para pessoas com deficiência ou que declararam, no ato da matrícula, ser acometidos de necessidades específicas. Se não há efetividade nessa informação, isso dificulta a atuação do Napne e da equipe de assistência estudantil, e o estudante pode sair prejudicado.

Questionou-se a coordenação do Napne a respeito de os professores terem encaminhado os casos de estudantes que necessitavam de alguma adaptação de material pedagógico, de recursos de acessibilidade; porém, o que se percebeu é que essa ação ainda não ocorria na prática.

No que diz respeito à receptividade por parte dos professores e dos colegas de sala de aula, todos os pesquisados avaliaram a receptividade dos professores de boa a excelente; já quanto à recepção pelos colegas de sala, sete afirmaram que foram bem recebidos; um entrevistado não se pronunciou; um informou não ter sido bem compreendido pelos colegas, devido a sua falta de frequência às aulas; e um sentiu certo preconceito por parte dos colegas de sala.

Em síntese, quanto à receptividade pelos professores e pelos colegas de sala, os entrevistados consideraram-na unanimemente um fator positivo ao descreverem essa ação, o que difere da opinião proporcionada pelos colegas de sala. Na visão de um entrevistado, não houve resposta. Um dos estudantes expôs a seguinte opinião: “A minha receptividade pelos professores foi muito boa, mas pelos colegas no início havia sim um pouco de preconceito por eu ser pessoa com necessidades especiais”.

No que diz respeito ao incentivo dado pelos professores, cinco dos entrevistados avaliaram que houve incentivo por parte desses profissionais, enquanto três julgaram que não houve essa ação, que pode ser melhorada. Pode ser extraído das entrelinhas da fala de um dos entrevistados que a educação é atividade-fim de uma instituição de ensino; se não há aluno, visível na percepção de uma inquerida, não há ensino.

As atitudes positivas dos professores, referentes à importância de receber bem os estudantes e incentivá-los, são procedimentos essenciais que contribuem para o aprendizado e a permanência na instituição. As autoras Costa, Reis e Araújo (2007) enfatizam que o afeto desencadeia a ação, que impulsiona a cognição, mas a sua ausência e a falta de incentivo do educador podem acarretar dificuldade de aprendizagem e possível evasão.

No que diz respeito ao acolhimento dado pelos profissionais do *Campus*, três inquiridos não quiseram ou não souberam opinar; cinco avaliaram a receptividade como boa, embora dois desses tivessem alguns entraves, um ligado à barreira comunicacional, que logo foi resolvido, e outro ligado a problemas com servidor, relatado por uma entrevistada; dois entrevistados, além de relatarem problemas com professores, tiveram ao mesmo tempo dificuldades com os colegas de sala.

Diante de tal contexto, ressalta-se que esta pesquisa aborda a educação como um direito social de todos; é necessário, por isso, que todos os integrantes do contexto educacional conheçam e pratiquem ações que valorizem o respeito ao próximo e a interação social. De acordo com os relatos, esses cidadãos não se sentiram acolhidos, uma vez que relataram problemas nas relações com técnicos em educação e docentes; enfatizando que ações como essas só contribuem para a evasão e o insucesso escolar.

Manica e Caliman (2015) reforçam a importância da atuação do docente; devem estes possuir conhecimento de interação social, saber lidar com as diferenças, valorizar a diversidade e a potencialidade dos estudantes e não somente focar nas dificuldades apresentadas. É importante a aquisição desses conhecimentos, não só pelos docentes, mas por todos os integrantes que compõem a área educacional e a sociedade, em prol de uma cultura mais inclusiva e menos excludente, de uma cultura que valorize as diferenças.

Quando questionados se os professores estavam preparados para ministrar aulas para pessoas com necessidades específicas, um entrevistado asseverou que, quanto à deficiência dele (esquizofrenia), sim; outro informou que dependia do professor, mas informou que todos se esforçavam para atender os estudantes com necessidades específicas, tirando dúvidas – explicou que, no *Campus* Taguatinga, havia atendimento individualizado para os estudantes; dois entrevistados avaliaram esse aspecto como bom e positivo; um argumentou que faltava mais um pouco de preparo desses profissionais; outro, que alguns professores não estavam preparados para atuar com pessoas com deficiência visual.

Sobre isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, no inciso III do art. 63, define a formação continuada para os profissionais de educação nos diversos níveis, primando pela educação com condições de trabalho em perspectiva inicial e continuada. Nesse sentido, o IFB dispõe de política de qualificação para incentivo à formação continuada desses profissionais por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Na atual conjuntura, fala-se muito em democratização do acesso ao ensino. De fato, o acesso foi preconizado, mas se vive, na prática, uma “cidadania de papel”, na qual os direitos desses cidadãos são negligenciados institucionalmente por professores que não consideram a necessidade de que, para incluir, é preciso

[...] vencer os desafios por meio de um planejamento diferenciado e de uma prática que exige maior desprendimento, organização do tempo e estudos extras. Propor uma aprendizagem que faça refletir e “pensar” sobre sua identidade, considerando o “saber”, a “bagagem” dos alunos, não é algo rotineiro nas salas de aula; exige o “querer” pedagógico desse docente comprometido com a diversidade. (MANICA; CALIMAN, 2015, pp. 70-71).

Assim, é imprescindível que o professor busque se capacitar, de modo que possa aperfeiçoar sua formação, para se preparar pedagogicamente para encarar os desafios do processo de inclusão da diversidade, com vistas a proporcionar atividades e metodologias diferenciadas de ensino que culminem na construção do conhecimento desse sujeito.

De acordo com os autores que tratam da evasão como resposta à formação docente (CHAVES; FILHO; MELO; FILHO, 2016), um dos fatores ligados às causas da evasão está relacionado à formação docente. Segundo eles, são comuns as queixas dos estudantes quanto à metodologia docente; orientam que a qualidade na formação docente se mostra significativa para enfrentar a evasão. Dessa forma, para reduzir a evasão escolar, reforça-se a necessidade da formação docente.

Sobre a acessibilidade no *Campus* Taguatinga, dois respondentes julgaram ser boa em relação a alguns pontos, mas, quanto a outros, não souberam opinar; uma informou que o local era bem adaptado; um avaliou que não era adaptado; outro, que faltava infraestrutura e material adaptado, e um respondente tratou sobre o erro na estrutura da rampa de acesso aos blocos de salas de aula e elevador.

O laboratório de eletromecânica ainda não é adaptado, os banheiros sim, quanto à biblioteca, existe problemas com o elevador, que trava, e antes ela não era acessível, pois várias vezes, para eu acessar a biblioteca tinha que subir as escadas com minhas muletas. (Estudante do Curso Técnico Subsequente em Eletromecânica).

Normalmente, quando se fala em acessibilidade, o foco volta-se principalmente para as pessoas com deficiência física e suas necessidades no dia a dia, como acesso a elevadores e rampas. De acordo com Moraes (2007), quando se pensa na acessibilidade em escolas, faculdades e instituições de ensino, o pensamento, de modo geral, não muda muito.

Sobre o tema, frisa-se que um termo recorrente diz respeito aos problemas relacionados à segurança pública, à falta de estrutura urbana nas proximidades da instituição e à falta de parada de ônibus. O *Campus* Taguatinga está situado na periferia e nas proximidades da Região Administrativa de Ceilândia, maior cidade do DF, onde também está localizada a maior favela da América Latina. Essa cidade se situa entre as que apresentam o maior índice de criminalidade da Região. Esse número tem repercutido no aumento da violência urbana, nas cidades próximas, como o crescimento dos casos de homicídio, “sequestro-relâmpago”, assalto à mão armada e tráfico de drogas.

Devido ao *Campus* Taguatinga estar localizado em área menos favorecida, como exposto pelos estudantes, ele tem sido alvo de constantes assaltos, muitos deles praticados com armas de fogo e armas brancas, cometidos contra servidores, funcionários terceirizados e estudantes, sendo os delitos praticados a qualquer hora do dia ou da noite. Esses acontecimentos fizeram com que gestores e professores formalizassem pedidos de mais segurança às autoridades competentes e também mobilizaram a comunidade escolar a reivindicar mais segurança.

A violência urbana tem contribuído para o aumento das taxas de evasão escolar, conforme pesquisa realizada sobre “O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza”, de autoria de Monteiro e Arruda (2011, p. 8). Os autores afirmaram que as “[...] escolas localizadas em áreas fortemente vitimadas pela violência urbana apresentam uma maior probabilidade de abandono escolar por parte de seus alunos”. Esse

problema, que contribuiu para a evasão de estudantes de vários cursos, também é ratificado em outras pesquisas e comprovado no *Campus* Taguatinga.

As causas apresentadas como determinantes para a evasão foram objeto de estudo de Lüscher e Dore (2011): problemas (estruturais), como a localização da residência, citada por dois estudantes, e o transporte, citado por dois sujeitos; (educacionais), como o despreparo dos estudantes, citado por seis pesquisados; (conjunturais) ligados à saúde, citados por um respondente, e de não adaptação, referido por um estudante; e problemas (econômicos) ligados ao horário de trabalho, informados por dois entrevistados. Adiciona-se a isso a opção por um curso de nível superior, carga horária extensa e a desmotivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação identificou os fatores que influenciam na evasão escolar de estudantes com necessidades específicas em cursos de formação profissional de nível médio integrado e subsequente, com o intuito de sistematizar formas de intervenção social que contribuam para a promoção e o sucesso acadêmico do alunado em situação de risco de evasão.

Entre os achados, foi necessário compreender os fatores associados à evasão escolar no sentido de prevenir esse fenômeno, já que as causas estavam, em sua maioria, ligadas a aspectos de cunho institucional, como problemas relacionados a barreiras de comunicação e situação profissional, e de relacionamento entre professor/técnico administrativo em educação e estudantes. Nesse sentido, como aspectos de total relevância, surgiram fatores ligados ao preconceito e à discriminação praticados institucionalmente por professores, e à violência urbana nas proximidades do *Campus*.

Boa parte das pessoas com necessidades específicas passa por situações de preconceito e discriminação todos os dias; sendo lamentável que o âmbito escolar não se exime dessa prática. É ainda mais penoso confirmar que esse fato tem ocorrido nas dependências do *Campus* Taguatinga e por quem tem o dever de promover a inclusão. Para combater essa prática, é imprescindível que o IFB, como instituição de ensino pública e democrática, seja promotor do acolhimento e da permanência do seu alunado, com contribuição do Napne, a fim de promover o respeito e a valorização da diversidade, fazendo-se valer da verdadeira educação para todos.

Embora se evidenciem, neste século, tantas conquistas de direitos extensivos a todos, percebe-se, lamentavelmente, que ainda há atitudes preconceituosas quando se trata de pessoas com necessidades específicas, apesar da vasta legislação brasileira que fundamenta a promoção do bem de todos por uma sociedade sem preconceitos e de inclusão social, livre de quaisquer formas de discriminação.

Para mitigar as causas da evasão, percebeu-se essencial a sensibilização dos servidores para o trabalho com o público-alvo, incentivando a participação em palestras e cursos de formação continuada. A partir dessa constatação, conclui-se ser fundamental a atuação de uma

equipe multiprofissional, para que essas práticas sejam efetivadas como possibilidade para o desenvolvimento pleno, digno e satisfatório da diversidade cultural.

Salienta-se aqui o caráter exploratório desta pesquisa; buscou-se apenas abrir caminhos para o desenvolvimento de futuras ações, para promover a permanência dos estudantes com necessidades específicas no IFB, embora se reconheça que a necessidade de reflexão sobre intervir no fenômeno da evasão que incide nesse público deva ocorrer continuamente.

Conclui-se que, devido a problemas identificados no processo de evasão dos estudantes, é imprescindível que se formulem políticas educacionais eficazes para prevenção à evasão, para a garantia da permanência e para a saída exitosa dos estudantes da Instituição.

Referências

- BAYMA-FREIRE, H.; ROAZZI, A.; ROAZZI, M. M. (2015). **Escolaridade dos pais e permanência dos filhos na escola.** Disponível em: <http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/viewFile/reipe.2015.2.1.721/pdf_4>. Acesso em: 11 jul. 2016.
- CHAVES FILHO, V. A.; MAIA, N. O.; MELO, E. S. A. DE; FILHO, B. S. Evasão como resposta à formação docente – uma possível resposta à evasão. In: II Workshop Nacional sobre evasão na educação profissional técnica e tecnológica – da compreensão ao enfrentamento. MENDES, Josué de Sousa; SILVA, Cláudio Ney Nascimento da; MACHADO, Veruska Ribeiro; ARAÚJO, Adilson César de; SANTOS, Átila Pires dos; RAMOS, Paulo Baltazar; SANTOS, Yvonte Bazbuz da Silva (orgs.). Brasília: IFB.
- COSTA, A. C. DE O.; REIS, K. C. DOS; ARAÚJO, J. DE. **A afetividade nas relações professor-aluno:** um estudo na educação de jovens e adultos. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2006.2/a%20afetividade%20nas%20relaes%20professor-aluno%20um%20estudo%20na%20educacao%20de%20jovens%20e%20adultos.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.
- DESLANDES, F. S.; NETO, O. C.; MINAYO, M, C de S. (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002
- DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** Cad. Pesquisa, 2011, vol. 41, n. 144, Evasão na Educação Profissional: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES.
- GAIOSO, N. P. DE L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil.** 75 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2005, Universidade Católica de Brasília, Brasília.
- GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (orgs.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas em Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. (2009). **Estudo de caso:** Fundamentação científica – subsídios para coleta e análise de dados – como redigir o relatório. São Paulo: Atlas.

- LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. **Política educacional no Brasil:** educação técnica e abandono escolar. RBPG, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, 2011. Primeira Seção, Capítulo 5, dezembro 2011.
- MANICA, L. E.; CALIMAN, G. **Educação Profissional para Pessoas com Deficiência.** Um novo jeito de ser docente. Brasília: Liber Livro, 2015.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2009, p. 47.
- MONTEIRO, V.; ARRUDA, E. O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza. **Anais do I circuito de debates acadêmicos.** Fortaleza: IPEA, 2011, Code.
- MORAES, M. G. DE. **Acessibilidade e inclusão social em escolas.** Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Pedagogia, 2007, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru.
- NASCIMENTO, F. N.; FARIAS, R. A. Questão da inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Ação TEC NEP. In: NASCIMENTO, C. do F.; FLORINDO, Maria Ferreira Girlane; SAMICO, Neide (orgs.). **Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva:** Um caminho em construção. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Editora IFB, 2013.
- PACHECO, E. **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 2011.
- PAIXÃO, L. E.; DORE, R.; MARIOTTA, U.; LAUDARES, J. B. In: DORE; Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (orgs.). **Transição escola-trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil.** 2014.
- TURBANEK, D.; ROSS, P. **Educação Inclusiva.** 2. ed. Curitiba: Editora Fael, 2011.